

Carla Matuck Borba Seraphim

O DIREITO À VIDA E O
ARREPENDIMENTO
NA REPRODUÇÃO
MEDICAMENTE ASSISTIDA

EDITORA CRV
Curitiba - Brasil
2014

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Editora CRV

Revisão: Os Autores

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/ UFRN)	Prof. Dr. Jailson Alves dos Santos (UFRJ)
Prof. Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior (UFRRJ)	Prof. Dr. Leonel Severo Rocha (URI)
Prof. Dr. Carlos Federico Dominguez Avila (UNIEURO - DF)	Prof. Dr. Lourdes Helena da Silva (UFV)
Prof. Dr. Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Prof. Dr. Josania Portela (UFPI)
Prof. Dr. Celso Conti (UFSCar)	Prof. Dr. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)
Prof. Dr. Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana - Cuba)	Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL - MG)
Prof. Dr. Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Prof. Dr. Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)
Prof. Dr. Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana - Cuba)	Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)
Prof. Dr. João Adalberto Campato Junior (FAP - SP)	Prof. Dr. Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)
	Prof. Dr. Sydione Santos (UEPG - PR)
	Prof. Dr. Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)
	Prof. Dr. Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B719d

Borba, Carla Matuck

O direito a vida e o arrependimento na reprodução medicamente assistida /
Carla Matuck Borba. - 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2014.
190 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-444-0121-7

1. Direito à vida. 2. Direito à morte. 3. Dignidade. 4. Direitos humanos. I. Título.

14-13828

CDU: 342.7

08/07/2014 14/07/2014

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
2014

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora
CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela:

Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418

www.editoracrv.com.br

E-mail: sac@editoracrv.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
O PROCESSO NATURAL DA VIDA.....	21
1.1 O que é “vida”?.....	21
1.2 O início da “vida”.....	29
1.3 Teorias sobre o início da “vida”.....	38
1.3.1 Teoria concepcionista.....	39
1.3.2 Teoria natalista.....	43
1.3.2.1 Teoria da personalidade condicional.....	44
1.3.2.2 Teoria da singamia.....	45
1.3.2.3 Teoria da cariogamia.....	46
1.3.3 Teorias genético-desenvolvimentistas.....	47
1.3.3.1 Teoria da nidação do ovo.....	47
1.3.3.2 Teoria da formação dos rudimentos do sistema nervoso.....	48
1.3.3.3 Teoria do pré-embrião.....	48
1.4 A proteção jurídica fundamental.....	50
CAPÍTULO 2	
A REVOLUÇÃO GENÉTICA.....	53
2.1 Delimitação do alcance da Bioética e do Biodireito.....	53
2.2 Princípios ou regras para a reprodução medicamente assistida?.....	59
2.3 Princípios bioéticos gerais para a reprodução medicamente assistida.....	63
2.3.1 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	63
2.3.2 Princípio da precaução.....	67
2.3.3 Princípio da informação.....	69
2.3.4 Princípio da autonomia.....	70
2.3.5 Princípio da beneficência.....	71
2.3.6 Princípio da não maleficência.....	72
2.3.7 Princípio da justiça.....	72
2.4 Princípios bioéticos específicos para a reprodução assistida.....	73

2.4.1 Princípio da intimidade do doador ou anonimato do doador do sêmen.....	73
2.4.2 Princípio do conhecimento da origem biológica.....	78

CAPÍTULO 3

A REPRODUÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA.....	81
3.1 O direito à reprodução.....	81
3.2 O direito à reprodução medicamente assistida	84
3.3 Técnicas de reprodução medicamente assistida	89
3.4 Modalidades de inseminação na reprodução medicamente assistida	95
3.4.1 Inseminação homóloga	95
3.4.2 Inseminação heteróloga.....	97

CAPÍTULO 4

O PROCECIMENTO DA REPRODUÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA.....	103
4.1 A duplicidade do procedimento.....	103
4.2 Procedimento médico propriamente dito.....	106
4.3 Do banco de sêmen	109
4.4 Natureza jurídica da utilização do sêmen de terceiro.....	113
4.5 Natureza jurídica da relação entre doador do sêmen e a criança.....	116
4.6 Da prática do ato jurídico.....	122
4.7 Crítica quanto à precariedade atual do procedimento jurídico e sugestões <i>lege ferenda</i>	128

CAPÍTULO 5

O ARREPENDIMENTO	133
5.1 Da ficção ao caso concreto	133
5.2 Do arrependimento: aspectos gerais.....	134
5.3 Do arrependimento: o critério da boa-fé.....	137
5.4 Do arrependimento: o critério da terceira pessoa	143
5.5 Da autorização e seu reflexo: a paternidade	145
5.6 Da autorização e seu reflexo: o direito sucessório	154
5.7 Dos embriões excedentes: adoção antenatal	156
5.8 Da autorização e seu reflexo: negatória de paternidade - artigo 1.601 do Código Civil.....	158

CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
-----------------------------------	-----

REFERÊNCIAS	179
--------------------------	-----